

**SILVA MAIA: O COMERCIANTE QUE AS REVOLUÇÕES DO
ATLÂNTICO FIZERAM JORNALISTA**
**SILVA MAIA: THE TRADER THAT THE ATLANTIC
REVOLUTIONS MADE A JOURNALIST**

ISABEL LUSTOSA
isabel.lustosa@fchs.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa / CHAM – IHGB
<https://orcid.org/0000-0003-2456-6925>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 04/02/2021

Resumo:

Apresenta-se aqui a trajetória de Joaquim José da Silva Maia, comerciante e jornalista de formação liberal que atuou no Brasil e em Portugal, envolvendo-se diretamente na guerra de independência da Baía, do lado dos portugueses (1822/1823); nas campanhas liberais que agitaram Portugal entre 1826 e 1828 a favor da constituição e contra D. Miguel e, finalmente, no último ano do reinado de D. Pedro I, do Brasil, (1830/1831) defendendo no Rio de Janeiro, em nome dos ideais do liberalismo político e econômico, o envolvimento do Imperador e de seu governo nos problemas da sucessão portuguesa. Exemplo de uma atuação decisiva dos dois lados do Atlântico, especialmente por meio dos jornais que publicou, o caso de Silva Maia é rico em possibilidades analíticas para a compreensão das apropriações possíveis dos ideais constitucionalistas em um contexto de intensas transformações.

Palavras-chave:

Independência; Imprensa; Comércio; Constitucionalismo; Absolutismo.

Abstract:

We present here the trajectory of José Joaquim da Silva Maia, a liberal trader and journalist who worked in Brazil and Portugal, getting directly involved in the war of independence of Baía, on the Portuguese side; in the liberal campaigns that stirred Portugal between 1826 and 1828 in favor of the constitution and against D. Miguel and, finally, in the last year of the reign of D. Pedro I, from Brazil, defending in Rio de Janeiro, in the name of the ideas of political and economic liberalism, the involvement of the Emperor and his government in the problems of Portuguese succession. A unique example of decisive action on both sides of the Atlantic, especially through the newspapers he published, Silva Maia's case is rich in analytical possibilities for understanding the possible appropriations of constitutionalist ideals in a context of intense transformations.

Keyword:

Independence; Press; Trade; Constitutionalism; Absolutism.

Joaquim José da Silva Maia morreu no Rio de Janeiro em 2 de março de 1831. No dia de seu funeral, deu-se, segundo o jornal *O Verdadeiro Patriota*⁽¹⁾, uma cena «desonrosa para o caráter brasileiro!». Atrás do cortejo que conduzia seu caixão a ser velado no convento de Santo Antônio, um rancho de «canalhocratas – patifocratas – farroupilhas» passou a segui-lo «atirando foguetinhos da índia e soltando impropérios ao misero cadáver que já era cadáver e por isso não podia responder-lhes!». Em resposta a esse ato de desrespeito e impiedade, os amigos de Silva Maia se viram obrigados a «sair do convento com varapaus» para resistir aos insultos «dos bons homens da súcia do tope amarelo e olho verde» (*O Verdadeiro Patriota*, n. 39, 8 de março de 1831). Essa manifestação contra um morto, poucos dias antes da chamada Noite das Garrafadas⁽²⁾, indica não só o clima de hostilidades que reinava no Rio de Janeiro às vésperas da Abdicação de D. Pedro I, mas também o ódio que existia contra Silva Maia que se tornara símbolo maior da crise que marcou o

(1) *O Verdadeiro Patriota* circulou no Rio de Janeiro entre 23 de setembro de 1830 e 17 junho de 1831. Ainda não existem estudos acadêmicos em que tenham sido identificados os responsáveis por sua publicação.

(2) Sobre a chamada Noite das Garrafadas, sucessão de conflitos entre brasileiros e portugueses nas ruas do Rio de Janeiro entre os dias 11 e 15 de março de 1831, o trabalho analítico e descritivo mais completo é ainda o de Gladys Sabina Ribeiro, incluso na bibliografia.

final de Primeiro Reinado. Reinado cuja instalação Silva Maia combateu com todas as suas forças entre 1821 e 1823 e ao qual defenderia com igual determinação de janeiro de 1830 até o dia de sua morte.

Uma Baía de comerciantes ilustrados

A presença de Joaquim José da Silva Maia entre os redatores de jornais que tomaram a defesa do imperador D. Pedro I na intensa campanha que contra ele moveu a imprensa liberal no final de seu reinado é um caso único⁽³⁾. Primeiro, porque, entre 1821 e 1823, Silva Maia combatera com grande ardor, nas páginas do *Semanário Cívico*⁽⁴⁾ que publicara na Baía esse mesmo D. Pedro que agora passara a defender. Segundo, porque o fazia tendo em vista quase que exclusivamente a situação portuguesa que se criara após a subida ao trono de D. Miguel e a intensa perseguição movida ali contra os liberais, da qual Silva Maia fora uma das vítimas.

A trajetória de Silva Maia não pode ser compreendida sem que se leve em conta o impacto das mudanças ocorridas nas relações comerciais entre a metrópole e sua colônia americana depois de 1808. A abertura dos portos e o Tratado de Comércio com a Inglaterra de 1810 abalaram estruturas que se tinham constituído ao longo de séculos. A circulação de comerciantes e mercadorias entre as várias partes do grande império marítimo português criara uma rede que se constituiria a partir das regras do exclusivo colonial. A quebra desse sistema afetou pessoas que viviam principalmente em Portugal, no Brasil, na Inglaterra e nas possessões portuguesas na África. Silva Maia foi uma dessas pessoas. Como bem resumiu Maria Beatriz Nizza tratava-se de alguém que se inseriu no movimento liberal publicando periódicos que abordavam os problemas do momento a partir da perspectiva de um negociante interessado nas relações bilaterais de comércio entre Brasil e Portugal (Silva 2008: 19).

(3) Além do *Brasileiro Imparcial* e do *Verdadeiro Patriota*, o jornal publicado pelo francês Henri Plasson, *O moderador* que circulou de abril de 1830 a abril de 1831, faria a defesa de D. Pedro I contra os ataques da imprensa liberal. Naturalmente que a imprensa mais estabelecida e regular, digamos assim, o *Jornal do Comércio* e o *Diário Fluminense* também estava do lado do Imperador.

(4) Os trechos do *Semanário Cívico* citados neste artigo foram retirados da seleção que fez Maria Beatriz Nizza da Silva para obra de mesmo título constante da bibliografia.

Nascido na cidade do Porto em 3 de dezembro de 1776, Joaquim José da Silva Maia seguiu para a Baía em 1796, estabelecendo-se inicialmente na vila de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Mudou-se para Salvador em 1802, onde estudou economia política que, segundo disse era então «a ciência da moda». O desembargador João Rodrigues de Brito e José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, foram seus mestres. Analisando documentação relativa à Mesa de Inspeção da Baía, da qual Cairu era então a principal autoridade, Tereza Cristina Kirschner diz que «os princípios da moderna economia política eram defendidos por funcionários e lavradores da Baía» (Kirschner 2004). Assim, pode-se dizer que as ideias de José da Silva Lisboa, depois reunidas em seu livro *Princípios de Economia Política*, publicado em 1804, circulavam no meio mercantil baiano. Destacando a amizade que ligava o Cairu e Rodrigues de Brito, diz Kirschner que, estes, mesmo em seus pareceres em que faziam a defesa do livre comércio não economizavam em referências a Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Sismondi entre outros autores (Kirschner 2004). Essa base teórica orientaria a ação do futuro jornalista que as circunstâncias levariam Silva Maia a se tornar.

Em Salvador, Joaquim José da Silva Maia casou-se com Joaquina Rosa da Costa com quem teve três filhos e, em 9 de julho de 1811, pode matricular-se na Real Junta de Comércio, o que indicava que acumulara capitais suficientes para os negócios de grosso trato, dos quais o mais lucrativo era o comércio de escravos (Silva 2008: 18). Pelos anúncios que passou a publicar no jornal *Idade d'Ouro do Brasil*, tinha pelo menos duas embarcações, morava no Taboão e seu nome aparece, em 1819, como um dos subscritores em lista para a criação de um novo estabelecimento destinado aos meninos órfãos⁽⁵⁾.

Segundo contaria depois, durante o governo do Conde dos Arcos, contribuiu para a criação da primeira biblioteca pública da Baía, para a construção da Praça do Comércio e de outros edifícios públicos. Também subscrevera e ajudara a pedir recursos para listas de apoio a muitos estudantes pobres que, com isto, puderam ir para a Universidade de Coimbra (*O Brasileiro Imparcial*, n. 31, 17 de abril de 1830). Ao longo dos 28 anos em que viveu na Baía, Silva Maia tornou-se figura importante no grupo conhecido como *praiста*: comerciantes portugueses que atuavam

(5) Para uma visão mais detalhada das atividades comerciais de Silva Maia ver: Alves 2018: 70-74.

em Salvador, numa zona da Cidade Baixa, situada no entorno da Igreja da Conceição da Praia e que seriam os grandes sustentadores do general Madeira na guerra da independência da Baía.

O *Semanário Cívico* e a guerra da Baía

Depois da adesão da Baía às Cortes de Lisboa, marcada pelo episódio militar de 10 de fevereiro de 1821, Joaquim José da Silva Maia fora eleito procurador do Senado da Câmara⁽⁶⁾ da capital. A partir de 1 de março de 1821 passou a publicar o *Semanário Cívico* que resistiria até 19 de junho de 1823, vésperas da derrota dos portugueses na guerra da independência baiana⁽⁷⁾. A reação de Silva Maia ao movimento das províncias do centro-sul do país, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para fazer com que D. Pedro ficasse no Brasil, entre o final de 1821 e janeiro de 1822, desobedecendo ao que determinavam as cortes de Lisboa foi a de muitos outros liberais estabelecidos no norte do país cujas principais províncias tinham melhor comunicação com Portugal e que, também por isso, preferiam que fosse mantido o vínculo entre os dois reinos.

Na Baía os liberais também se dividiram e o grupo a que estava ligado Silva Maia, os *praístas*, adotou uma postura de defesa do comércio exclusivo com Portugal, em que o Atlântico era visto como um mar interior (ou um grande lago como diria o próprio Silva Maia) ligando as várias partes da grande nação portuguesa que formava «um só povo, um só reino, uma só família» (Castro de Araújo 2011: 13). Foi esse grupo que, alardeando nas páginas do *Semanário Cívico* a possibilidade iminente de um levante de escravos e agitando o exemplo da revolução do Haiti, instigou a junta provisional de governo a pedir às cortes de Lisboa mais tropas para a Baía.

Esse pedido contrariava os interesses dos senhores de engenho, avessos a qualquer intervenção do Estado em suas relações com o elemento escravizado e que tinham como figura mais representativa o

(6) As atribuições da função de procurador do senado da câmara foram estabelecidas pelas Ordenações Filipinas. Ver Título LXIX do Livro I (Do Procurador do Concelho).

(7) Para um conhecimento mais aprofundado do que foi o *Semanário Cívico*, além da obra de Maria Beatriz Nizza da Silva, merece destaque a dissertação de mestrado de Walquiria de Rezende Tofanelli Alves, inclusa na bibliografia.

Marechal Felisberto Caldeira Brant, homem riquíssimo, senhor de muitos engenhos, que procurara implantar na Baía a navegação a vapor e que vivera parte da juventude na Europa. A ideia de restabelecer o comércio bilateral entre o Brasil e Portugal em detrimento do livre comércio que a abertura dos portos proporcionara também não interessavam a essa elite que, desde a última década do século anterior procurava romper com as restrições impostas às suas atividades (Kirschner 2004). Assim, se outros fatores tiveram peso importante, na guerra da Baía os principais interesses locais em confronto foram os dos comerciantes portugueses e os dos grandes proprietários de terras e engenhos.

Foi contra eles e seus privilégios que Silva Maia mais assestou suas baterias, inclusive propondo leis que impusessem mais impostos sobre a produção do açúcar e até mesmo que fosse limitada a concessão de sesmarias que deixavam vastas extensões de terra sem cultivo, quando havia grande necessidade de lavouras de alimentos e da criação de rebanhos. Havia também no coração dessa disputa o ressentimento dos negociantes, sempre chamados a contribuir nas grandes subscrições que então se faziam por qualquer motivo, mas que eram tratados como uma classe inferior, a ponto de, diz o próprio Silva Maia, na sua classe, a segunda geração fosse destinada à universidade a fim de elevar o status da família. Coisa que, aliás, o próprio Silva Mais fez ao investir até seus últimos recursos na formação do único filho homem numa universidade europeia (Garcia 2007). Ele concluía seu pensamento sobre sua classe dizendo que os «negociantes puros que só têm probidade e não têm empregos, patentes, fitas, etc., são justamente no Brasil o que eram os judeus no século XVI na Europa!!!» (Silva 2011: 48). De facto, na correspondência dos familiares de Luís Paulino de Oliveira Pinto da França⁽⁸⁾, a forma como sua mulher se refere aos praístas não está isenta de preconceitos. Para Maria Barbara eles eram a «canalha da praia», os «ratos do porto».

Em 10 de fevereiro de 1821, quando forças militares sediadas na Baía se rebelaram para exigir do Governo a adesão ao movimento constitucionalista português, Caldeira Brant liderou desastrada reação

(8) Essa correspondência inserida na bibliografia foi reunida por um herdeiro, Antonio d'Oliveira Pinto da França e, depois reorganizada, acrescentada de texto e notas de Antonio Monteiro Cardoso e republicada em 2008 é fonte importante para se conhecer uma família da elite açucareira baiana em sua intimidade.

que resultou na morte de 16 pessoas. Foi perseguido, precisou se refugiar em uma fragata inglesa e seguiu com destino ao Rio de Janeiro, onde chegou em 22 de fevereiro de 1821, quatro dias antes, portanto, da eclosão de movimento semelhante ao que ocorrera na Baía ao qual aquele serviria de estímulo (Cardoso 2008: 45).

O *Semanário Cívico* acusaria Caldeira Brant de agir em conluio com o grupo de nobres liderados pelo conde de Palmela para neutralizar a Revolução Constitucionalista portuguesa. Em dezembro de 1820, quando ia para o Rio Janeiro com o objetivo de influir sobre as decisões a serem tomadas por D. João VI, Palmela passara por Salvador. Segundo o *Semanário Cívico*, durante sua curta estada naquela cidade, ele teria persuadido Caldeira Brant a agir contra a «nova ordem de coisas» e o convencera de que o modelo ideal para todo o Reino seria o sistema das duas Câmaras, a de deputados e a de senadores, criando-se no Brasil «uma alta nobreza», da qual ele, Caldeira Brant, faria parte.

Aliado de Palmela e do Conde dos Arcos que, diante da tendência cada vez mais antiaristocrática das cortes, posicionaram-se do lado de D. Pedro I e da autonomia política do Brasil, Caldeira Brant, a partir de Londres, passaria a assessorar o governo liderado de D. Pedro que, desde 17 de janeiro, contava como principal ministro com José Bonifácio de Andrada. Para Silva Maia, Caldeira Brant era o representante maior daquela rica e orgulhosa aristocracia cabocla e que «pelos defeitos do antigo regime é que estava feito marechal, comendador; alcaide-mor; diretor da caixa de descontos!». A suspeita do *Semanário Cívico* era que, gente como Caldeira Brant «não queria comunicação com Portugal, mas fazer um governo semelhante ao dos Estados Unidos da América» (Silva 2008: 307). Exageros à parte, não interessava a Caldeira Brant e aos membros de sua classe o restabelecimento das relações comerciais com Portugal nas mesmas bases que vigiam antes de 1808, nem a tutela política sobre uma elite, cuja estrela maior era José Bonifácio e que tinha seus próprios projetos para o Brasil.

Em 3 de novembro de 1821, um grupo de civis e militares brasileiros membros da elite baiana, pegou em armas e tentou levantar o povo contra a junta provisional de governo, acusando-a de se submeter às cortes e às tropas portuguesas. Não obtiveram o apoio que esperavam, foram presos, enviados para Lisboa e este episódio foi o primeiro fator a estimular a união entre os senhores de engenhos e os liberais baianos. União que se estreitaria ainda mais, a partir dos violentos distúrbios que

marcaram a posse do general Madeira como governador das armas da Baía em fevereiro de 1822 e que, entre outros tantos mortos, registou a de soror Joana Angélica. Braz do Amaral resume a ação dos partidários de Madeira naquele contexto em um parágrafo:

Atacaram casas particulares, insultando os brasileiros e as famílias. Vencidos naquele dia, arrombaram o cofre do batalhão de infantaria 1, espedaçaram o que havia no quartel, como livros, utensílios, etc. e passaram às ruas, assaltando a todas as pessoas, ferindo-as e insultando-as. Invadiram o convento da lapa, obrigando as freiras a lhes abrirem a porta, ali mataram a abadessa, sóror Joana Angélica, a qual havia acudido ao tumulto e espancaram brutalmente o capelão que era um padre idoso chamado Daniel da Silva Lisboa (Amaral 1957: 68).

A evidente superioridade das forças de terra e mar dos portugueses que fora aumentada com parte da divisão auxiliadora que D. Pedro não permitiria que desembarcasse no Rio de Janeiro fortaleceu o lado português. As resistências à posse do general Luís Ignacio Madeira de Mello como comandante das armas em fevereiro de 1822, foram violentamente sufocadas. Militares brasileiros que vinham sendo perseguidos e humilhados pelos portugueses desertavam e foram se juntar à resistência que se fazia a partir do Recôncavo. O clima de instabilidade que passou a predominar na capital, estimulou a elite baiana a passar a ver a decisão de D. Pedro de desobedecer as Cortes e ficar no Brasil como um elemento que contribuía para que a anarquia que reinava na Baía não tivesse se espalhado pelo resto do país (Cardoso 2008: 51). Aos poucos, com o agravamento das tensões e o desabastecimento da cidade, as famílias foram deixando Salvador rumo ao Recôncavo, de onde, ao longo do segundo semestre de 1822, foi se fortalecendo o partido da independência com as adesões a D. Pedro I do senado da câmara de várias vilas importantes.

A guerra da Baía juntou contra os portugueses, comerciantes e tropa, os liberais que tiveram em Francisco Gê Acaiaba Montezuma, o nome mais conhecido, e senhores de engenho com pretensões aristocráticas como Caldeira Brant. Diz Silva Maia que os dois partidos tinham se dado momentaneamente as mãos para depois de feita a independência «devorarem-se uns aos outros». A seu ver os ricos proprietários do Recôncavo eram instigados através de cartas que lhes mandavam de Portugal, o conde dos Arcos e de Londres, o marechal Felisberto Caldeira

Brant «exaltando as fofas cabeças dos aristocratas baianos, que todos contavam já serem titulares e membros da câmara alta do nascente império brasílico» (Silva 2008: 137). O outro lado era estimulado pelos deputados baianos que tinham fugido de Lisboa, em setembro de 1822, para não jurarem a Constituição Portuguesa: Cipriano Barata, Lino Coutinho e José Agostinho Gomes.

Um estímulo para essa união de forças foi a atitude dos militares portugueses, contra os regimentos comandados por brasileiros e contra os brasileiros em geral. Segundo Castro de Araújo, o projeto *praísta* era lusitanizar a administração local e a presença maciça de tropas portuguesas recém-chegadas da Europa, revelara um «novo racismo europeu filho do iluminismo» que se manifestaria principalmente na desmoralização dos contingentes formados pelos filhos da terra. (Castro Araújo 2011: 15). Em suas cartas, os familiares de Luís Paulino de Oliveira Pinto da França atribuem a maior responsabilidade pelo clima de hostilidade entre brasileiros e portugueses à classe mercantil. Esta seria a mentora das desordens e teria «à testa o grande Maia com o seu *Cívico*» o qual seria o principal conselheiro do general Madeira. De facto, ao longo de 1822, o *Semanário Cívico* foi o principal instrumento de apoio e estímulo às ações de Madeira. Ali, Silva Maia reagia aos ataques que a imprensa liberal lhe fazia principalmente a partir do Rio de Janeiro e procurava insuflar os ânimos da tropa contra as medidas tomadas pelo príncipe regente, D. Pedro, aconselhado por seu agora ministro José Bonifácio de Andrada. Destas, as que provocaram as mais fortes reações foram as decisões: de não sancionar sem analisar as ordens das Cortes; de promover a criação de um conselho de procuradores e, finalmente, de convocar eleições para uma constituinte exclusivamente brasileira a se reunir no Rio de Janeiro em 1823.

Nessa fase de sua atuação política, Silva Maia adotava a visão do constitucionalismo monárquico clássico tal como difundido por José Liberato Freire (Machado 2019) que preconizava o princípio da inviolabilidade do rei. Dentro desse ideário, o rei não devia exercer pessoalmente parte alguma do poder executivo, cabendo toda a responsabilidade pelos erros e acertos do governo ao ministério. Com isto se evitava que o rei pudesse ser alvo de julgamentos e também que fosse tentado a agir arbitrariamente. É nesse sentido que Silva Maia desenvolve sua argumentação em defesa das ações das Cortes que eram acusadas pela imprensa liberal do Rio de Janeiro de manterem o

rei, D. João VI, coato. Em um texto sob a forma de diálogo, Silva Maia questiona o direito de D. Pedro, enquanto príncipe regente, de convocar eleições para procuradores, afirmando que nem o rei poderia praticar atos como aquele:

El rei só tem o poder executivo, isto é, manda executar as leis. Porque essas só as podem fazer, anular, ou alterar as cortes que têm o poder legislativo. Eis por que a Baía, depois de el rei jurar a constituição e retirar-se para Lisboa, reconheceu só o legítimo poder das cortes e que o próprio rei não podia mais legislar, por isso o congresso nacional anulou muitos atos que ele depois daquela época fez e aprovou o procedimento da Baía (Silva 2008: 118).

O *Semanário Cívico* trabalhou para manter elevado o espírito de resistência dos partidários do general Madeira na Baía. Minimizando episódios como a invasão do convento em que foi morta a soror Joana Angélica e toda a violência que se seguiu à posse do General Madeira como governador das armas; anunciando as vitórias e escondendo as derrotas; negando a falta de mantimentos que marcaria o sítio das forças do Recôncavo a Salvador. No entanto, entre o final de 1822 e os primeiros meses do ano seguinte, o jornalista vai sendo tomado pelo desalento, especialmente diante das notícias sobre a coroação de D. Pedro e do decreto que mandava confiscar os bens dos portugueses que não jurassem a adesão ao Império do Brasil. A falta de recursos para que a Constituição portuguesa fosse decentemente festejada na Baía dá um tom de amargura à publicação dessa notícia. Quando, em 1823, sem recursos para nada, o general Madeira pediu a ajuda dos comerciantes, estes já não dispunham deles pois os tinham consumido sustentando o quanto puderam a resistência.

O próprio general recomendaria aos seus partidários que buscassem meios de se evadir e proteger suas famílias pois era evidente que preparava a saída, abastecendo os navios de sua esquadra. De facto, pouco antes da chegada das tropas vitoriosas a Salvador e da esquadra liderada por Cochrane, o comboio tomava o rumo do Maranhão que ainda não tinha aderido à Independência. O próprio Silva Maia fazia parte desse comboio seguindo «em uma embarcação nossa, carregada de carnes e outros objetos», para escapar à perseguição que Cochrane daria aos fugitivos, com o objetivo de capturar o máximo de presas que pudesse.

Do Porto ao Rio de Janeiro: uma longa e penosa travessia

Silva Maia chegou ao Maranhão em 14 de julho de 1823 e, após a adesão dessa província à Independência, que ocorreu no dia 28 do mesmo mês, também declarou sua adesão pública, tornando-se por esse ato cidadão brasileiro. Como diria depois: «a Junta do Maranhão nos deu legal passaporte para a Europa, como brasileiros e à nossa embarcação como propriedade brasileira; regressamos a Portugal para colocar nosso filho na Universidade de Coimbra» (*O Brasileiro Imparcial*, n. 4, 12 de janeiro de 1830). Esse episódio contado por ele posteriormente seria usado pelos adversários para negar-lhe o direito de se apresentar como brasileiro. De facto, sua adesão à independência, depois de uma resistência tão ostensiva e tão renhida faz suspeitar sobre as circunstâncias em que obteve essa cidadania. Precisava dela também para proteger o patrimônio que deixara no Brasil diante das medidas rigorosas que passaram a ser adotadas pelo governo contra os portugueses, especialmente os comerciantes, que não tivesse aderido ao império (Ribeiro 2002: 63-64).

Em 19 de novembro de 1823, Silva Maia deixou o Maranhão a bordo de uma de suas embarcações, o bergantim Nelson, com destino ao Porto onde desembarcou em 1 de janeiro de 1824. Ali apresentou-se às autoridades e foi inscrito como brasileiro nos registos consulares e essa circunstância lhe seria posteriormente útil, pois recorreria ao consulado brasileiro nas complicadas situações em que se viu envolvido a partir de 1828.

Com a morte de D. João VI, a Carta Constitucional portuguesa concedida por D. Pedro IV em 1826 parecia representar a retomada do liberalismo interrompido pela *Vilafrancada* em 1823. Silva Maia se animou a publicar novamente um jornal para defender a Constituição e combater os absolutistas que, liderados por Carlota Joaquina, faziam intensa campanha sustentando os direitos de D. Miguel ao trono. *O Imparcial* circulou de 18 de julho de 1826 até o dia 12 de janeiro de 1828 e era impresso na Tipografia de Viúva Alvarez Ribeiro e Filho, no Porto. Sua proposta inicialmente era divulgar em Portugal, as notícias do Brasil pois continuava a acreditar que o destino dos dois reinos, mesmo com a Independência, continuava associado pela situação dupla de D. Pedro, Imperador do Brasil e herdeiro da coroa portuguesa (Almeida 2019: 141).

A incerteza sobre o futuro de Portugal alimentava especulações e, ao desenvolver o argumento de que D. Pedro I não perdera os direitos

à sucessão do trono, Silva Maia adotou um legitimismo que fazia contraste com o constitucionalismo radical que defendera no *Semanário cívico*. A ponto de sustentar, na contramão do que dissera anteriormente, que D. Pedro só decidira pela Independência porque as Cortes teriam usurpado a autoridade do rei, D. João VI, mantendo-o coato. As cartas constitucionais outorgadas ao Brasil em 1824 e a Portugal, em 1826, certamente contribuíram para que Silva Maia reavaliasse algumas de suas posturas com relação aos direitos do monarca.

A partir daí, ele se tornaria «propagandista da solução constitucional proposta por D. Pedro» (Almeida 2019:144) e pregaria o respeito ao monarca que considerava «o verdadeiro responsável por conceder ao Brasil a Independência e um sistema liberal» (Almeida 2019: 147). Tanto em seu jornal publicado no Porto quanto no jornal que depois publicaria no Brasil, Silva Maia faria o elogio da Constituição de 1824, enfatizando sempre «a preponderância da soberania do monarca, cuja legitimidade teria sido reafirmada no próprio ato da outorga» (Almeida 2019: 147). Ao fazer o elogio de D. Pedro I em um dos primeiros números do *Brasileiro Imparcial*, Silva Maia diria: «ele mesmo ofereceu a constituição, quer dizer, de moto próprio demitiu de si o poder absoluto porque só quer governar pela lei. (...) Legisla, perdoa e abdica» (*O Brasileiro Imparcial*, n. 7, 23 de janeiro de 1830).

No balanço que fez do conteúdo do *Imparcial*, Raphael de Almeida diz que ali foram publicados diversos textos que demonstravam a importância da manutenção do comércio entre os dois Estados e que reconheciam «o papel preponderante do Brasil para a economia e para a consolidação das instituições liberais em Portugal» (Almeida 2019: 145). Tanto no *Imparcial* do Porto quanto no que depois publicaria no Brasil, Silva Maia procuraria provar que a separação dos dois reinos, apesar da grande animosidade que durante todo o Primeiro Reinado marcaria as relações dos brasileiros com os portugueses, não alterara de forma substantiva as relações comerciais.

A volta de D. Miguel a Portugal, em fevereiro de 1828 e a rápida evolução dos acontecimentos que o levariam a ser aclamado rei absoluto de Portugal e a renegar a Carta outorgada por D. Pedro, tiveram desdobramentos no Porto. Por suas atividades jornalísticas à frente do *Imparcial*, Silva Maia fora preso em 27 de março de 1828, só sendo libertado em 21 de maio, em consequência da chamada Revolução do Porto. Ocorrido em 16 de maio de 1828, esse movimento contra a

tomada da coroa por D. Miguel e pelo restabelecimento da Constituição outorgada de 1826, foi derrotado pelas forças miguelistas, obrigando milhares de portugueses a buscar no exílio proteção contra as perseguições que certamente sofreriam.

Cerca de doze mil pessoas, entre militares, religiosos e civis, temendo a repressão que se seguiria, deixaram Portugal rumo à Espanha na madrugada de 3 de julho de 1828. Neste grupo estavam, Silva Maia e seu filho, Emílio. Dessa verdadeira epopeia, Silva Maia deixou um manuscrito detalhando todo o percurso seguido, ao longo do qual o grupo foi se reduzindo⁽⁹⁾. Quando chegaram à fronteira com a Espanha eram 9 mil, durante a penosa travessia até os portos de La Corunha e Ferrol, esse número foi sendo desidratado. Finalmente apenas 2868 pessoas foram embarcadas para a Inglaterra nos últimos meses de 1828. Ali permaneceram em depósitos administrados pela representação diplomática de D. Maria II, até que seu destino fosse resolvido.

A Inglaterra não reconheceu D. Miguel como rei de Portugal e o representante diplomático de D. Maria II era o Conde de Palmela que atendia as ordens do Rio de Janeiro. Estas eram no sentido de armar a resistência na Ilha Terceira que continuava fiel à rainha. Para ali seguiram boa parte dos militares que vieram do Porto. Para o Rio de Janeiro, embarcaram, segundo Silva Maia, 789 que lá chegaram durante o ano de 1829, inclusive o próprio Silva Maia.

Chegando ao Rio de Janeiro no final de 1829, Silva Maia começou a publicar o *Brasileiro Imparcial*, em 2 de janeiro de 1830, com o objetivo de defender a causa de D. Maria II e as ações de D. Pedro contra D. Miguel. O jornal circulava duas vezes por semana, às terças-feiras e aos sábados e teve mais de 100 edições⁽¹⁰⁾ com quatro páginas cada, publicadas pela Tipografia do Diário, na rua d'Ajuda n° 115. A epígrafe era a mesma que Silva Maia adotara para a edição do "Imparcial" que publicara no Porto:

(9) Uma considerável produção acadêmica vem sendo produzida sobre Silva Maia e, mais especificamente sobre este importante episódio da história de Portugal ver Silva 2019, Almeida 2019 e Faria 2015.

(10) Na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional Brasileira constam 104 números. No último um anúncio indica que o sistema de assinaturas seria modificado. No entanto, com a morte de Silva Maia, em 2 de março de 1831, o jornal *O Verdadeira Patriota*, em 8 de março de 1831, anunciou que assumiria o compromisso de substituir o *Brasileiro Imparcial* junto aos assinantes, o que sugere que o jornal continuava a ser publicado.

«Longe de servir a este ou aquele partido, falando-lhe a linguagem das paixões, falarei a todos a linguagem da razão».

O jornal trazia sempre como texto de capa matérias sobre a economia e a política brasileiras bastante ponderadas e analíticas. Mas seu objetivo principal era tratar da questão portuguesa e, por isto, mas também pelo seu passado de redator do *Semanário Cívico*, seria recebido com desconfiança e tratado depois com franca hostilidade pelos liberais brasileiros. Todos sabiam que seu editor era o mesmo que, durante a campanha da independência publicara na Baía o *Semanário Cívico*. O passado de Silva Maia foi esquadrinhado e textos tanto do *Semanário Cívico* quanto do *Imparcial* que ele publicara no Porto eram usados como prova de sua suspeita e recente adesão à causa do Brasil.

A imprensa liberal brasileira

O declínio do reinado de D. Pedro teve início, de facto, a partir da instalação da Assembleia Legislativa, em maio de 1826. Ainda naquele ano, a imprensa liberal que se achava cerceada começou a emergir com o lançamento de jornais que teriam influência decisiva na Abdicação. Os primeiros jornais surgidos naquele contexto, a *Astrea* (1826 a 1832), de Vieira Souto; a *Aurora Fluminense* (dezembro de 1827 a 1835), de Evaristo da Veiga; e a renascida *Malagueta* (em edições esporádicas a partir de 1828), de Luís Augusto May, antecederam o aparecimento de periódicos claramente republicanos, como a *Nova Luz Brasileira*, o *Republico* e a *Voz Fluminense*. Juntas, essas folhas empurrariam o Imperador para a abdicação (Lustosa 2015).

A atividade parlamentar e, com ela, o surgimento de novas lideranças, deram impulso a um debate que teve sempre como eixo a questão dos limites constitucionais do poder do Imperador. Questões sobre as quais ninguém falava até então, tomaram conta da imprensa que renascia revigorada pelo Parlamento, pois os deputados mais destacados se fizeram jornalistas. Assim, entraram em debate as circunstâncias da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823; a violência e a falta de julgamentos justos no âmbito repressão à Confederação do Equador, em 1824; as despesas com a guerra da Cisplatina, entre 1825 e 1828; as bases da renovação do tratado de comércio com a Inglaterra, em 1825, e, principalmente o tratado de reconhecimento da Independência do Brasil assinado com Portugal.

A imprensa liberal acusava o imperador de, depois da morte de D. João VI e diante do impasse da sucessão do trono português, ter passado a privilegiar os problemas de Portugal em detrimento dos muitos problemas brasileiros. Temiam os liberais brasileiros que o profundo envolvimento do imperador na sucessão portuguesa implicasse em algum retrocesso na Independência. O facto de que a viagem da pequena rainha, D. Maria II à Europa e as idas e vindas de representantes diplomáticos ao exterior em razão do problema português além do dispendioso envio de uma nau para trazer D. Miguel ao Brasil, o que não se concretizou, serem bancada com recursos do tesouro nacional era motivo de indignação em uma imprensa que rapidamente ganhava novas publicações. Pesava ainda a circunstância de o círculo íntimo de D. Pedro ser formado por portugueses, chamado pela imprensa liberal de «Castelo português», e ter como figura mais visível o detestado conselheiro Francisco Gomes, mais conhecido como Chalaça.

Formou-se um ambiente de exaltado nacionalismo, que se voltava principalmente contra os portugueses e, por associação, contra D. Pedro I⁽¹¹⁾. O facto de o imperador ter nascido em Portugal passou a ser cada vez mais explorado. Mas foi a chegada dos exilados portugueses que fugiam do absolutismo implantado por D. Miguel que acirrou os ânimos ao máximo. Especialmente porque, Silva Maia, assim que lançou seu periódico – *O Brasileiro Imparcial* – começou a trabalhar em benefício de seus companheiros de infortúnio. Ele anunciaria que «filantrópicos brasileiros estão promovendo subscrição em favor dos emigrados portugueses» e que iam ser lançadas duas loterias com o mesmo fim. Pediria que os recursos da tão criticada indenização que o Brasil devia pagar a Portugal fossem usados em benefício dos emigrados. Argumentava Silva Maia que os direitos sobre o que restava do empréstimo de dois milhões de libras esterlinas que o Brasil se obrigara a pagar ao rei de Portugal pelo tratado da independência, com a morte de D. João passaram a D. Pedro IV que, tendo renunciado à

(11) A partir de sua obra, “A liberdade em construção” (2002), incluída na bibliografia, Gladys Sabina Ribeiro inaugurou uma fértil tradição de estudos, na qual se incluem outros de seus trabalhos além de muitas teses e dissertações, sobre o tema da rivalidade entre brasileiros e portugueses durante o Primeiro Reinado. Essa tradição tem como um de seus temas principais o processo de separação identitária marcado pela progressiva definição do que era “ser brasileiro” e “ser português”.

coroa portuguesa em nome de sua filha, D. Maria II, a ela deviam ser pagos «uma vez se só a ela reconhecemos rainha de Portugal, em pleno gozo do poder absoluto que tinha seu avô e pai, visto não existirem as Camaras portuguesas e ela ser a única representante da nação» (*O Brasileiro Imparcial*, n 43, 29 de maio de 1830).

Assim, para fortalecer a causa dos emigrados portugueses, Silva Maia procurava associar seus destinos aos da rainha D. Maria II que era tutelada pelo pai, o imperador D. Pedro I e abdicava de seu constitucionalismo para advogar que se fizesse uso do absolutismo que rainha teria herdado do avô. Sua insistência nos legítimos direitos de D. Pedro e de D. Maria ao trono português seria motivo de ironia por parte da *Aurora Fluminense*. Considerando que a única legitimidade «razoável e justa é a vontade da Nação», Evaristo da Veiga indagava ao *Brasileiro Imparcial*: «D. Miguel, se tivesse por si o jus da primogenitura, tiranizaria legitimamente Portugal» (*Aurora Fluminense*, nº 393, 29 de setembro de 1830)?

Silva Maia procuraria demonstrar que o ódio aos portugueses e a todos os nascidos em Portugal, dentre os quais o mais importante era D. Pedro era irracional e protestaria contra a campanha que se fazia na imprensa para impedir que mesmo os portugueses que tivessem jurado a constituição de 1824, tivessem qualquer cargo público. Ele taxava de absurda a suspeita de que houvesse um projeto recolonizador que faria com que o Brasil fosse novamente submetido a Portugal, lembrando que isto era algo bem pouco provável de acontecer tendo em vista a própria situação portuguesa. No entanto, o que mais indignava Silva Maia era o facto de alguns jornais brasileiros acusarem os emigrados «que vieram ao Brasil buscar asilo para fugirem do absolutismo que dilacera a sua pátria» de pretenderem «organizar-se em batalhões para apoiarem o absolutismo no Brasil; o absolutismo de que eles fugiram de Portugal!!!» (*O Brasileiro Imparcial*, n. 3, 9 de janeiro de 1830).

Silva Maia faria uma distinção entre esses emigrados e «multidão de mancebos» que continuava a entrar no Brasil para se estabelecer no comércio. Os primeiros teriam emigrado por razões de natureza política. No entanto, essas razões também tinham consequências económicas pois implicaram na integração ao Brasil de pessoas de posses e mais qualificadas. Silva Maia diz que dos 786 portugueses que tinham vindo naquelas circunstâncias, apenas 312 precisavam ser auxiliados. Mesmo esses, logo conseguiriam uma colocação, dispensariam o auxílio e

passariam a contribuir para o progresso do Brasil com seu trabalho. Muitos eram pessoas que trouxeram para cá seus recursos contribuindo para aumentar a «massa das riquezas em circulação». Nem todos ficaram no Rio, indo buscar trabalho no Rio Grande, em São Paulo, Minas Gerais e em outros lugares. Alguns se adaptavam em ofícios que não eram originalmente os seus, nem correspondiam ao status que tinham em Portugal. Essa gente ensinava a ler e escrever, «latim, francês, retórica, filosofia, matemática etc». A argumentação tinha por fim rebater artigo da *Aurora Fluminense* em que os emigrados foram chamados de mendigos. Silva Maia, indaga em resposta: «então quem vem para o Brasil e trás dez milhões de cruzados para cá gastar é mendigo?». Completando: «ora, diga-nos, vem mais ricos os negros da África?» (*O Brasileiro imparcial*, n. 21, 13 de março de 1830).

A volta do liberalismo ao poder na França, a partir da revolução constitucionalista de julho de 1830 teve impacto no mundo inteiro. Essa mudança de eixo na política internacional estimulou a imprensa de oposição no Brasil que passou a associar a imagem de D. Pedro à do rei francês, Carlos X, intensificando a campanha que acabaria levando à abdicação (Lustosa 2015). Durante os últimos meses de 1830 e os primeiros de 1831, a defesa mais intensiva de D. Pedro I e de seu reinado foi feita, além das folhas oficiais que precisavam adotar tom mais moderado, pelo *Brasileiro Imparcial*, pelo *Moderador* e pelo *Verdadeiro Patriota*. Essas publicações combatiam os que acusavam o Imperador de ser pouco liberal, afirmando seu constitucionalismo e seu compromisso com a Carta Constitucional.

Essa estratégia servia de reforço à batalha que se travava em Portugal entre liberais e absolutistas. Os que defendiam os direitos de D. Maria II à coroa portuguesa tinham no Imperador do Brasil, pai e tutor da rainha, a única esperança de reverter a situação portuguesa. Assim, ao afirmar o constitucionalismo de D. Pedro na imprensa brasileira, os jornais que o apoiavam pretendiam combater no Brasil, as acusações de infidelidade à Carta Constitucional de 1824, mas, ao mesmo tempo, voltavam-se para Portugal, na defesa dos direitos de D. Maria II ao trono, reafirmando o compromisso da rainha com a Constituição Portuguesa de 1826. Silva Maia não viveu para assistir nem às agitações que ocorreram entre os dias 11 e 15 de março que passaram à história com o nome de Noite das Garrafadas, nem à abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

A morte de Silva Maia

Em sua edição de 15 de fevereiro de 1830, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou o seguinte anúncio:

José Joaquim da Silva Maia, redator do periódico *Brasileiro Imparcial*, presume-se apto para ser consultado sobre questões em comércio e em seguros marítimos não só pela longa prática adquirida na praça da Baía em 30 anos, aonde sendo negociante foi muitas vezes louvado naquelas matérias, como pelos conhecimentos teóricos, e por isso oferece seu préstimo a todas as pessoas que dele se quiserem servir e adverte que sendo negociante matriculado na imperial junta de comércio e cidadão brasileiro pode mesmo ser louvado em juízo. Mora na rua das Violas n. 130. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 12, 15 de fevereiro de 1830).

Depois de tantas aventuras e desventuras, o rico e orgulhoso comerciante da rua do Taboão, chegara ao Rio de Janeiro arruinado. Já em 1828, sofrera, segundo declarou «o sequestro de tudo quanto» possuía no Porto e, até mesmo os livros e roupas do filho tinham-lhe sido confiscados em Coimbra. Ao fazer-lhe o elogio póstumo, *O Verdadeiro Patriota*, diz que Silva Maia, deixara dois filhos, «talvez sem meios de subsistência, tendo ele, aliás outrora contado capitais e vivido na abundância!» e pedia aos assinantes que contribuíssem para o dote «dessa desgraçada menina».

Em 14 de fevereiro de 2021, as duas filhas de Silva Maia, ainda meninas, vestidas de branco, usando uma faixa azul celeste onde se lia em letras de ouro «Viva a Constituição!» cantaram o hino constitucional em uma representação no Teatro São João, em Salvador. Uma delas casara, no Porto, com um tio, pois Silva Maia faz menção a um «inocente irmão e genro» que teria sido preso sem que «direta ou indiretamente desse um só passo para a revolução que eles nos presumem chefe (no que nos fazem muita honra)». Os dois filhos restantes eram a moça para quem se pedia ajuda e o único filho homem, Emílio Joaquim da Silva Maia que interrompera os estudos de medicina em Coimbra, em 1828, para lutar ao lado do batalhão acadêmico contra os miguelistas. Acompanhou o pai na acidentada viagem dos exilados portuenses pela Europa e que para lá voltara a completar os estudos. Formou-se na França, em 1934 e fez bem-sucedida carreira no Brasil, tendo sido membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Garcia 2007).

A história de Joaquim da Silva Maia é um bom exemplo das vicissitudes pelas quais passaram os portugueses que viviam no Brasil diante da iminente separação de uma pátria que eles compreendiam como portuguesa, independente do lugar de seus diversos domínios em que vivessem. Para parte da elite culta brasileira foi o momento de construção de uma identidade própria que passava pela valorização das riquezas e grandezas continentais do país, pelas características mestiças de seu povo e pela rejeição quase ilógica a tudo o que se relacionasse com Portugal. A classe mercantil foi especialmente atingida por essa mudança. A definição do que fazia a diferença entre o que era ser brasileiro e o que era ser português em um contexto em que, até pouco tempo todo o mundo era português foi um processo de rompimento doloroso que envolveu conflitos de várias naturezas (Lustosa, Pinero 2008).

O longo e penoso processo de separação do Brasil de Portugal teve momentos dramáticos onde os comerciantes portugueses figuraram entre os atores principais. Homens como Silva Maia, que vinham de uma tradição em que mantinham ativa a rede que ligava as várias partes da nação portuguesa nos quatro continentes, sofreram com aquela rutura que mudava não só a forma de fazer negócios, mas também toda uma cultura que deles decorria. Pátria e comércio eram uma coisa só que se completava e se refazia no cotidiano das trocas mercantis (Lustosa, Pinero 2008). Se, como demonstrou Tengarrinha, o jornalismo da chamada “primeira emigração” contou com a influência dos comerciantes portugueses, Silva Maia foi um pouco mais longe e se fez, ele mesmo um jornalista que, armado com a experiência e com as lições de economia política que recebera na Baía, embebidas dos ideais de um livro comércio ainda romantizado, acabou por abdicar de sua primeira vocação por uma outra que ia muito além do jornalismo.

Bibliografia:

Almeida, Raphael Rocha de. *Constitucionalismo, imprensa e opinião pública nas monarquias dos Bragança: Portugal e Brasil (1826-1834)* (2019). Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33616>. Consultado em 4 de janeiro de 2021.

- Alves, Walquíria Rezende Tofanelli (2018). *Expectativas para a “nação portuguesa” no contexto da independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823)*. 1 recurso online (231 p.). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331331>. Consultado em 4 de janeiro de 2021.
- Amaral, Braz do (1957). *História da Independência na Bahia*. Salvador: Livraria Progresso Editora.
- Cardoso, Antônio Monteiro (2008). “Introdução”, in Antônio Monteiro Cardoso, Antônio de Oliveira Pinto da França (organização, introdução e notas), *Cartas baianas (1821-1824): subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (Coleção Brasileira).
- Cardoso, Antônio Monteiro, Pinto da França, Antônio de Oliveira (organização, introdução e notas) (2008). *Cartas baianas (1821-1824): subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira).
- Castro de Araújo, Ubiratan (2011). “A guerra da Baía”, in *2 de julho: a Baía na independência nacional*. Coletânea. Secretaria de Cultura da Baía. Fundação Pedro Calmon. 29-Set-2011. Disponível em: <http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/312/1/A%20Bahia%20na%20Independ%C3%Aancia%20Nacional%20-%20Colet%C3%A2nea%202%20de%20julho.pdf>. Consultado em 4 de janeiro de 2021.
- Faria, Fábio Alexandre (2015). *Circulações Internacionais e liberalismo. O exílio Liberal português, 1828-1832*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea defendida junto ao Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10440>. Consultado em 4 de janeiro de 2021.
- Garcia, Lúcia (2007). “Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual do Império do Brasil”, *Revista do IHGB*, vol. 437, 67-153. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-437/item/108090-em%C3%ADlio-joaquim-da-silva-maia-um-intelectual-no-imp%C3%ADrio-do-brasil.html>. Consultado em 4 de janeiro de 2021.
- Kirschner, Tereza Cristina (2004). “A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Baía (1751-1808)”, in T. C. Kirschner, N. G. Monteiro, M. F. Bicalho, P Cardim, *Elites ilustradas da Baía no*

- final do século XVIII. Trajetórias, conflitos e acomodações*. Anais do 2o Colóquio História Social das Elites. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/ Universidade de Lisboa, 2004. v. 1. 190-222.
- Lustosa, Isabel (2015). “Notícias de Paris: a abdicação de Carlos X e o Brasil”, *Revista do IHGB*, a. 176, jan./mar, 2015, 61-86. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-466/item/108119-noticias-de-paris-a-abdicacao-de-carlos-x-e-o-brasil.html>. Consultado em 4 de janeiro de 2021.
- Lustosa, Isabel, Pinero, Theo Lobarinhas (2008). *Pátria e comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- Machado, Adelaide Maria Muralha Vieira (2019). *A importância de se chamar português: José Liberato Freire de Carvalho na direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Carviçais: Editora Lema d’Ordem.
- Maia, Joaquim José da Silva (1844). *Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Obra póstuma publicada por Emílio Joaquim da Silva Maia. Rio de Janeiro: Tipografia Austral, n. 13, v. 1, 1o de maio de 1844.
- Ribeiro, Gladys Sabina (2002). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.
- Silva, Luiz Gustavo Martins da (2019). *Entre penas e impressos: aspectos da experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil contra o regime de D. Miguel (1826-1837)*. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/11887>. Consultado em 4 de janeiro de 2021.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (2008). *Semanário Cívico: Baía, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA.
- Tengarrinha, J. (2004). “Os comerciantes e a imprensa portuguesa da primeira emigração”. in F. R. Silva, M. A Cruz, J. M Ribeiro, H Oswald (org.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdades de Letras da Universidade do Porto, v. 3, 1.078.

